



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 7, v. I | maio.-out. 2017

p. 340-353.

Universidade, gênero e movimentos sociais (Decálogo)

Berenice Bento¹

RESUMO: A universidade é uma instituição democrática? As vozes dos estudantes são consideradas pelos que têm o poder instituído, ou seja, os/as professores/as? Essas questões explodiram durante a ocupação de um banheiro realizada por estudantes de vários cursos da UFRN. O artigo se propõe a discutir os sentidos daquela ocupação em duas direções. Primeiro: fazer uma leitura da pauta de reivindicação e, segundo, tentar conectar aquela mobilização ao contexto mais ampla da vida acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; universidade; movimentos sociais.

Abstract: Is the university a democratic institution? Are the voices of the students considered by those who have the established power, that is, the teachers? These questions exploded during the occupation of a bathroom by students of several courses at UFRN. The article proposes to discuss the meanings of that occupation in two directions. First: to make a reading of the claim agenda and, second, to try to connect that mobilization to the broader context of academic life.

Keywords: gender; university; social movements.

Resumén: ¿Es la universidad una institución democrática? ¿Las voces de los estudiantes son consideradas por aquellos que tienen el poder instituído, o sea, los/las profesores/as? Estas cuestiones se han disparado durante la ocupación de un cuarto de baño realizado por estudiantes de varios cursos en la UFRN. El artículo tiene como objetivo discutir los significados de que la ocupación en dos direcciones. En primer lugar, hacer una lectura de las reivindicaciones y, en segundo lugar, que intentar conectarse la movilización al contexto más amplio de la vida académica.

Palabras clave: género; universidad; movimientos sociales.

¹ Doutora em Sociologia e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: berenice.bento1@gmail.com

Recebido em 01/12/16
Aceito em 29/04/17

Antes do texto

Escrevi esta comunicação para participar da mesa-redonda *Universidade, Gênero e Movimentos Sociais*, organizada pelo diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFRN, Prof. Dr. Herculano Ricardo Campos, e que teve como o objetivo debater os sentidos e as propostas das estudantes que ocuparam um banheiro masculino do setor II do CCHLA/UFRN. Até a data daquela mesa-redonda², não havia nenhum canal de comunicação entre as/os ocupantes, a direção do Centro e/ou com a comunidade em geral. Da mesma forma que a grande maioria da universidade, eu tentava entender o que estava posto. Depois dessa mesa-redonda, a negociação foi direcionada para garantir mais um banheiro sem gênero no âmbito da UFRN, ou banheiro unissex, seguindo os passos do Departamento de Artes³.

Introdução

Glória Anzaldúa (2000), teórica feminista, *queer* e chicana/norte-americana, afirma que o diálogo só existe quando nos colocamos no lugar da fronteira, no limiar. O movimento deve ser de mim para outro, devo deslocar-me para o outro, como se fosse uma tradutora, invertendo, assim, o sentido historicamente conferido aos encontros, principalmente no âmbito da política e do pensamento colonizador, no qual é sempre a verdade do “eu” que conduz o suposto diálogo. Na tradução, precisamos primeiro entender a língua do outro. A ideia da tradução cultural é a que melhor se aproxima de como vejo a iniciativa do prof. Herculano: antes de qualquer coisa, escutar os sentidos envolvidos na ocupação do banheiro, deslocando o lugar da escuta, tentando compreender e, ao fazer isso, contribuir para que todos nós possamos ser afetados com a experiência em curso. Nesse sentido, agradeço a iniciativa e o convite para participar desta mesa-redonda.

Preâmbulo I: O ato de ruminar

Determinado tipo de animal antes de engolir o alimento o prepara através de diversas mastigações. O alimento vai até o estômago e volta à boca, vai e volta. Meu pensamento é ruminante. Por diversas vezes, me pego aprisionada a um problema que teima em se apossar

² Composição da mesa-redonda, realizada em 26 de agosto de 2013: representantes do Coletivo da ocupação, Profa Nara Graça Salles (Coordenadora do Cruor Arte Contemporânea), Profa. Berenice Bento (Coordenadora do Núcleo Indisciplinar Tirésias), o Sr. Daniel Menezes (representante do site Carta Potiguar), e coordenação: Prof. Herculano Ricardo Campos.

³ Em 2012, a doutoranda Leilane Assunção foi proibida de usar o banheiro feminino no campus da UFRN. Os seguranças bloquearam sua passagem do banheiro afirmando que ela não era mulher e deveria usar o banheiro masculino.



inteiramente de mim. Rumino, rumino. Nos últimos dias, desde o fim da primeira edição Seminário Internacional Desfazendo Gênero⁴, fui tomada por essa “metodologia de análise” que, para mim, é dolorosa. Rouba meu sono, leva meu apetite. E, nesse caso específico, a ocupação do banheiro, essa ruminância é potencializada porque conheço alguns dos estudantes que estão na mobilização e pelos quais nutro uma enorme admiração intelectual e afeto.

Preâmbulo II: A notícia da ocupação

Em meio à correria dos infinitos imponderáveis da vida real que atravessaram o Desfazendo Gênero, fiquei sabendo que estudantes tinham ocupado um dos banheiros do Setor II. Admito que não tive um único minuto para ler e me inteirar do que estava acontecendo. Afinal, naqueles dias, o simples ato de almoçar me parecia algo excessivamente burguês, tamanho o volume de trabalho que tínhamos diante de nós. Terminado o evento, passei no banheiro, mas estava fechado com um cadeado, vi as pichações, conversei, escutei, conversei. Li tudo o que foi publicado na Carta Potiguar. Organizei as questões que vou apresentar em torno de 10 pontos. Vamos ao meu decálogo, ou fragmentos da ruminância.

1) O banheiro: zona de segregação

No âmbito da micropolítica nunca vi nada mais criativo do que a proposta de uma intervenção direta em um dos espaços que se caracteriza como lócus-síntese de todo sistema binário de gênero: o banheiro. A sociedade é estruturada pelo binarismo de gênero e as instituições de ensino se notabilizam como um dos principais espaços reprodutores dessa estrutura, alimentada por uma mescla de discursos científicos (normal x anormal) e religiosos (deus fez o homem e a mulher). Para as pessoas trans, a segregação urinária imposta pelo binarismo é terrível. Em todos os relatos das pessoas trans, a vivência na escola, principalmente no que se refere à utilização do banheiro, é marcada pelo sofrimento. Quatro ou cinco horas segurando a vontade de ir ao banheiro. Mulheres trans expulsas dos banheiros femininos. Expulsões de homens trans dos banheiros masculinos. Inicialmente, eu pensei que a proposta de ocupação do banheiro teria como objetivo uma performance artística para chamar a atenção e contribuir para o debate dos binarismos de gênero e avançar na conquista de mais um espaço livre dessa segregação. Ou seja, algo próximo ao que fizemos nos três dias do I Seminário Internacional Desfazendo Gênero, ou mesmo as intervenções realizadas pelo CRUOR. Pelo que se seguirá, essa minha primeira interpretação mostrou-se

⁴ Seminário Internacional Desfazendo Gênero: Cidadania, Subjetividade e Transfeminismo, realizado entre os dias 14 e 16 de agosto na UFRN e organizado pelo Núcleo Interdisciplinar Tirésias/UFRN.



equivocada. Mas, destaco, a ideia de ocupações artístico-políticas que envolvam amplos setores desta universidade para debater os efeitos excludentes do binarismo não deve ser perdida.

Conforme fui aproximando-me do material produzido pelas ocupantes do banheiro, outros discursos apareciam. Outros objetivos também. Ouvi repetidamente: lutamos contra a instituição! Lutamos contra os privilégios dos homens heterossexuais! Ao mesmo tempo, me surpreendia com o nível de enclausuramento do grupo que parecia negar-se a qualquer tipo de diálogo, mesmo com setores da UFRN que estão visceralmente comprometidos com o combate diário aos binarismos de gênero.

2) Institucionalização x Não-institucionalização

Somos contra a institucionalização! Não queremos seus carimbos! A instituição não nos dá nada! Essas foram as frases que mais escutei. Pergunto: você fez um concurso? Você tem uma matrícula? Faz prova ou outras formas de avaliação? Vai para sala de aula? Você faz parte de todos os dispositivos de controle da universidade. Estamos todos institucionalizados, seja via concurso público, vestibular ou contrato. Para além desse nível superficial da noção de institucionalização, diria que todos nós aqui somos atravessados pelas normas e regras que constituem esse espaço social. O mais contraditório é escutarmos o grito pelo fim da institucionalização e ver que muitos e muitas que fazem parte da ocupação maximizam essa institucionalização, disputando bens materiais e simbólicos: bolsas de iniciação científica, recursos para participar de eventos científicos, fazem parte de PETs e recebem bolsas, fazem parte de PIBID e recebem bolsas. Se o discurso anti-instituição fosse gerado, por exemplo, por pessoas que estão fora da universidade, teria algum sentido, mas parece-me contraditório ver pessoas que disputam bens materiais e simbólicos disponibilizados pela Universidade gritar aos quatro cantos: somos contra a institucionalização.

Diria, ao contrário, que inauguram um tipo de institucionalização hiperbólica, uma vez que jogam todas suas energias no âmbito da universidade, revelando exatamente como estão impregnadas pela instituição, como estão imersos no campo acadêmico, fazendo a disputa, nos termos propostos por Pierre Bourdieu (2002), e aí, nessa disputa, buscam acumular capital simbólico (através da reprodução midiática de um determinado discurso) e materiais (quando reivindicam um espaço físico). Bem-vindas: vocês estão entrando e disputando o campo acadêmico. Vocês, mais do que o estudante-taylorista que apenas cumpre as tarefas universitárias, são as verdadeiras institucionalizadas, encarnam a promessa desse espaço social.



3) Normais e anormais. Ou como produzir o anormal com pedigree.

O manifesto da ocupação chama-se *Medo de Glitter*⁵. O texto está estruturado a partir de pares dicotômicos: normais *versus* anormais; heterossexuais *versus* homossexuais. A binaridade normais *versus* anormais, fundante da noção do sujeito moderno, deve ser interpretada com muita atenção, pois, se é verdade que essa invenção tem sua eficácia na produção de sujeitos abjetos, também é verdade que as estruturas de desejo e subjetividade que atravessam os “normais” também estão nos “anormais”. *Mas eu sou o mais anormal dos anormais, reivindico meu lugar de anormal!* Esse discurso está eivado pela estrutura binária empobrecida, principalmente porque sugere uma moralidade superior dos anormais em relação aos normais. É como se houvesse um subtexto no manifesto e nas práticas discursivas das ocupantes: *E eu, na minha completa anormalidade, não vou dialogar com você, normal, porque não temos nenhum campo lexical que permita este diálogo. E minha mais pura impureza, minha mais profunda sujeira, me torna moralmente superior a você, ser normal, e conversar seria pôr em perigo a sujeira que me produz.* Ou seja, o que acontece aqui é uma simples inversão dos termos. Inversão dos termos não transforma nada. A dicotomia centro/margem, normal/anormal, puro/impuro, homossexual/heterossexual são marcas que escondem as diferenças que querem ganhar vida, pular. Estou de acordo com Judith Butler (2009) quando afirmou não ser possível fazer um corte diferenciador radical entre homossexuais e heterossexuais. As estruturas do desejo que formam a subjetividade heterossexual também atravessam às dos homossexuais e vice-versa. Se houver qualquer dúvida sobre essa afirmação basta ver a força regulatória dos desejos pela binariedade passividade/atividade operando nos sites gays.

4) É proibido proibir ou é proibir divergir?

Em um dos artigos que Butler escreveu para a imprensa norte-americana, ela apontou a política opressora do Estado de Israel contra o povo palestino⁶. Imediatamente, ela entrou no rol das pessoas antissemitas. Também temos o clássico exemplo da filósofa Hannah Arendt, quando escreve *Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal* (1999). Dos pequenos grupos aos Estados, a estratégia discursiva de silenciar o debate pela desqualificação da pessoa, rotulando-a de terrorista, reacionária, conversadora, antissemita, é uma retórica de poder reiteradamente utilizada. É simples: ou você concorda inteiramente comigo ou está fora. Esse me parece ser um dos piores efeitos daqueles que estão imersos na luta pela manutenção de uma

⁵ Disponível em <http://afetadxs.blogspot.com/2013/08/medode-glitter-escritoem-15082013-as.html>

⁶ O livro *Parting ways: Jewishness and the critique of Zionism* (Butler, 2012) é uma reflexão mais profunda à violência de Israel contra a Palestina, a partir dos valores éticos do judaísmo.



identidade, e isso vai dos Estados-Nação aos grandes e pequenos grupos. Essa mesma estratégia está sendo amplamente acionada pelas ocupantes do banheiro. Os/as professores/as são carimbados e etiquetados como reacionários. A reitoria, um antro de conservadores. Os vendedores ambulantes do corredor do setor II, um bando de homens machistas. Os outros estudantes, gente alienada. Esses foram alguns argumentos que escutei repetidamente em algumas das conversas que tive com as/os ocupantes e o porquê da recusa em dialogar.

5) A ocupação da ocupação

Um grupo de pessoas ocupa um espaço para torná-lo uma zona livre. Nós do Tirésias, na semana seguinte, ocuparemos a ocupação para fazermos nossas atividades. Mas o pessoal antiproibicionista, carentes absolutos que são de espaços, vão ocupar a ocupação da ocupação. E o CRUOR? E as dezenas de grupos que atuam nesta universidade? Teríamos uma zona de guerra permanente e não uma zona livre. Volto a afirmar: estamos institucionalizados. Todos. E não temos outro caminho que não seja a construção de acordos, via diálogo, mesmos que eles sejam temporários e precários. Voltarei a essa questão mais adiante.

Em Fausto, Mefistófeles explica o porquê dava as costas ao deixar o recinto: essa é uma regra de onde eu venho. Até no inferno tem regras. Confesso que não sei exatamente o que é uma zona livre nos marcos de uma instituição federal. Isso me soa quase como uma antítese. Aqui nos movemos atravessados por regras e normas.

6) A confusão entre espaço público e apropriação privada

Mas se este espaço é público também é meu!! Diria o pensamento mais ingênuo ou sagaz para justificar a tomada privada de um espaço público. Público deve ter a marca da impessoalidade. A UFRN não é reitora. Ela foi eleita e deve seguir regras e normas como qualquer pessoa que está institucionalizada. E todas/todos sabemos que o grande reclame que circula nos corredores desta universidade é que você precisa ser amigo de quem tem o poder para ter êxito em suas demandas e aqui também valeria a máxima nacional: *aos amigos/aliados, tudo. Aos inimigos/opositores, a lei* (leia-se: os editais).

Se isso é verdade, ainda temos que atuar muito duramente para transformar a UFRN em uma instituição livre dos interesses pessoais. Não vou gastar muito tempo argumentando o que é espaço



público ou como sua efetiva realização é uma conquista principalmente para os excluídos. Sabemos que são as elites que vampirizam os Estados e as instituições que deveriam ser de todos.

Dessa forma, se há grupos de interesse que querem espaços para realizar sua atuação, nada mais legítimo, devem fazer política, ou seja, convencer, tornar seus discursos inteligíveis, fazer alianças.

Sabemos que falar de espaço público soa quase como uma ironia quando pensamos nos níveis de exclusão que são praticados no Brasil. Basta lembrarmos a quase inexistência de pessoas trans nas instituições de ensino. Nem o banheiro "público" podem usar. Mas o que fazemos com essa realidade? Um dos caminhos, acredito, é tencionarmos a própria promessa de espaços públicos e nos metermos nas fissuras, nas brechas das contradições produzidas entre os níveis discursivos e práticos.

Retomo as primeiras linhas dessas rumações: a ocupação do banheiro para lutar pela degenerificação e contra a segregação urinária são resistências originais e necessárias, embora no caso específico da ocupação do banheiro não seja a questão que unifica as ocupantes. Há uma polifonia de vozes. Algumas dizem que lutam pelo banheiro sem gênero; outras, contra a instituição; outras, querem uma zona livre dentro de uma instituição; outras, contra os homens brancos e heterossexuais...

7) Homens x mulheres ?

Muitas coisas ainda estão em processo de ruminação, no entanto, não precisa ser teórica transviada, ativista queer, feminista uterina, transfeminista, para notar no Manifesto *Medo de Glitter*⁷ um total silenciamento sobre o papel das mulheres uterinas na produção das normas de gênero. Esse silenciamento revela outra binaridade estruturante: homens *versus* mulheres. Em diversos momentos, o manifesto fala de “homem de verdade”. Quem é esse homem? *Touché!* Ele é branco e heterossexual, e não abre mão de seus privilégios. Então, os homens transexuais brancos e heterossexuais são imediatamente colocados no rol de privilegiados? Ou então, eles não são homens de verdade? E parte considerável das mulheres brancas que lutaram até último momento contra a Proposta de Emenda Constitucional das empregadas domésticas para não abrirem mão de seus privilégios de sinhazinhas pós-modernas? E as mulheres-mães que expulsam suas filhas e filhos de casa porque são gays, lésbicas, travestis ou transexuais, amplamente narrado na tese de doutorado de Edith Lopes Modesto dos Santos (2010). E as feministas marujas (Beatriz Espejo, 2010) que agiram e agem violentamente contra as ativistas trans, chegando a expulsá-las de seus encontros?

⁷ Ver <http://afetadx.blogspot.com/>



Quando não se menciona a participação de várias vozes que contribuem para alimentar uma estrutura social para os gêneros e para as sexualidades, fundada na hierarquia e assimetria, sou levada a interpretar o texto como uma reinstauração de um essencialismo primário, no qual os homens são naturalmente violentos e as mulheres naturalmente passivas. E a heterossexualidade um dispositivo que empodera exclusivamente os homens (brancos).

8) A genitalização das identidades ou como reforçar as bioidentidades com uma performance revolucionária.

Do lado de fora do banheiro, vi duas pichações: “V de vagina” e “Buceta”. Uma das discussões recorrentes nos estudos transviados (como tenho nomeado os estudos queer) é como interromper a linha de produção incessante de subjetividades forjadas na vergonha. Os insultos (bicha, sapatão, viado, por exemplo) são dispositivos linguísticos eficazes na permanente produção do armário (Eve Kosofsky Sedgwick, 1991). O que se propõe para desarmá-lo é assumir o insulto como elemento positivado. Sou bicha! Sou sapa! Sou lésbica! Dessa forma, se propõe interromper o circuito de reprodução/produção dos seres abjetos pelo curto-circuito do reconhecimento e não pela assimilação.

Mas esse debate também é apropriado por feminismos que passam a produzir discursos e performances nos quais a buceta ou vagina são exteriorizadas em músicas, poemas, performances. Portanto, há uma discussão muito rica que não é meu objetivo fazê-la aqui. Todas as discussões, a disputa linguística ou a guerrilha linguista são feitas em contextos de diálogo, de produção de textos, de disputa de sentidos e inteligibilidade. Se alguém tem a ilusão de que basta escrever “buceta” em letras enormes, garrafais, gritantes, para resignificá-la, se ilude, pois, fora do contexto de debate ou da produção artística, se reforçará tão somente o caráter abjeto que ela tem no imaginário social. Fará, enfim, o que a Playboy, com seu pornô conservador, já faz há décadas.

Quando li: *A reitora rala a checa no pré-sal* (na ocupação da reitoria em novembro de 2012), eu me perguntei: Será que se fosse o reitor, um homem, também fariam uma pichação com referência à genitália dele? Há poucos dias, saindo da universidade, eu vi outra pichação nos muros da cidade que, para desqualificar a governadora, referia-se buceta dela. Ou seja, se a buceta é por ora utilizada para empoderar as mulheres, em outro ela também serve para desqualificar-me: não tenho cérebro, não tenho capacidade de decisão: tenho só buceta. Então, me pergunto, o que diferencia um discurso que historicamente me posicionou como inferior, e fez de mim metonimicamente, uma vagina e um útero, de outro que se diz revolucionário que também utiliza o mesmo dispositivo discursivo?



Seguindo a ruminção. Todas as polítics públicas que conhecemos são fundamentadas em bioidentidades. Polítics para negras/negros, polítics para mulheres, polítics para gay, polítics para os homens. E as mulheres com próstatas? Devem acionar as polítics dos homens ou das mulheres? Quando construímos discursos que retomam a centralidade ou empoderamento feminino pela genitália, não estamos exatamente reforçando a biopolítica e como efeito primeiro a naturalização das identidades, base de funcionamento de Estado? E mais: só é mulher quem tem buceta?

Ao identificar a buceta como o local privilegiado de poder, diria que se está reforçando o dispositivo da sexualidade e aprisionando o desejo. E aí cresce a confusão entre sexualidade e desejo, dimensões que geralmente estão em conflito.

Pelo caráter limitado dessa minha fala, não dialogarei com a relação entre cu/sexualidade/desejo/poder.

9) A universidade: das zonas livres ao combate cotidiano

Em que contexto ocorre a ocupação? As reflexões feitas aqui significam que vivemos em uma universidade na qual os canais de diálogo e democracia estão em pleno funcionamento? A referência ao contexto institucional é fundamental para evitar que se corra o risco de produção de uma fábula política, como toda a moralidade que essa peça literária (re) produz. A vida mundana é mais escorregadia do que a polaridade bom *versus* mau. Com esse meu fragmento de ruminção, gostaria de chamar a atenção, a partir de fatos recentes, para os limites e tensões da democracia em nossa universidade.

Estou na UFRN há 4 anos. Ao longo desses anos, já escutei muitas vezes que aqui nada muda, a exemplo do grupo que está no poder há décadas. Ora, mas se isso é verdade, estamos diante de algo muito mais estrutural. O poder não foi assaltado, foi conquistado pelo voto/convencimento e, se há uma estrutura conservadora, a explicação não está na culpabilização dos grupos que detêm temporariamente o poder. Por que a comunidade universitária continua referendando o mesmo grupo? Essa questão, portanto, produz uma inversão na forma de olharmos e analisarmos as relações de poder: de uma perspectiva descendente (do "centro" para a base) para uma compreensão ascendente (das micro interações para o "centro"), ou seja, uma análise dos micro posicionamentos e posições (FOUCAULT, 1979). E com essa inversão desmontamos os encaixes de um discurso estruturado na e pela binariedade vítima e algoz.



A análise da microfísica do poder em nossa instituição é complexa, pois tira o foco de um único lugar como produtor de poder e nos impõe a tarefa de estarmos alertas para os abusos de professores em sala, os chefes de departamentos, das hierarquias entre os estudantes, dos dispositivos de controle.

Gostaria de comentar duas experiências que tive com a reitoria e que foram importantes para eu conhecer um pouco mais o *modus operandi* interno do local onde eu trabalho.

Temos uma normatização interna do nome social para pessoas trans nos moldes da lei Argentina. O que significa isso? Aqui, o princípio orientador é a auto determinação de gênero. Vejam esta pérola de definição:

Nome social é o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar em constrangimento (RESOLUÇÃO Nº 232/2012-CONSEPE)

E "pérola" aqui não é ironia. Estamos diante da materialização do reconhecimento de que as pessoas podem mudar a identidade de gênero definida ao nascer. Tenho muito orgulho de o Núcleo Interdisciplinar Tirésias, em parceria com outros grupos da UFRN, ter pautado o debate de e termos conseguido aprovar o nome social aqui. A Resolução, no entanto, não teve nenhuma divulgação por parte da Reitoria.

Vimos estudantes trans indo à reitoria para solicitar a alteração do nome nos documentos internos da UFRN e nos deparamos com funcionários com um semblante de total surpresa. Mas as normatizações, quando são aprovadas, passam a habitar o mundo público, e aqui estamos nós: exigindo que a norma seja implementada em todos os espaços da UFRN: moradias estudantis, nos documentos de identificação, no SIGAA. Acredito, no entanto, que essa universidade reproduz, com certa singularidade, um dos elementos estruturantes da cultura política nacional: fazer belas normatizações/leis para inglês ver.

Muitas vezes as normatizações surgem depois de um longo período de negociações, conversas, votações, rituais importantes para existência do espaço público nos marcos das instituições democráticas. O que é uma norma? Um acordo de um grupo de pessoas em torno de determinado ponto. Portanto, fazer acordos e cumpri-lo seria a base das ações comunicativas cotidianas, fundamento da vida pública.



A reitoria assinou um acordo com quem ocupava a reitoria em novembro de 2011 e nenhum dos compromissos assumidos foi cumprido. Essa questão me parece uma quebra não apenas do acordo, mas de um dos princípios estruturantes da vida pública. Se estão sendo implementados, não avisaram à comunidade universitária. Entre outros pontos que a reitora assumiu estão: 1) Capacitação profissional da segurança interna da UFRN nos temas de diversidade sexual/gênero/direitos humanos, tendo o Núcleo Interdisciplinar Tirésias como parceiro; 2) Ampla participação dos estudantes nas políticas de segurança; 3) Processo de desarmamento dos seguranças em espaços de sociabilidade; 4) Criação de um fórum que discuta o comportamento dos seguranças na UFRN; 5) Revisão dos termos do contrato com a empresa Garra Vigilância.

Em uma das conversas com uma das ocupantes, foi citado que não adiante negociar, nem dialogar, pois a reitoria não cumpre os acordos publicamente firmados. Eu lhe perguntei: é isso que vocês estão demandando: o cumprimento do acordo? Ela não respondeu. Antes que eu terminasse a sentença, ela virou as costas e foi embora.

Ao longo dos anos em que estou na UFRN, aprendi que estou em uma instituição hegemonicamente homofóbica⁸, transfóbica, machista, religiosa, racista e elitista. Aprendi também que existem grupos, pessoas isoladas (inclusive na reitoria), que lutam para transformá-la. É nela que estamos trabalhando, estudando e (para muitos) elegendo como espaço de ativismo, a exemplo das estudantes que ocupam o banheiro. A universidade importa em nossas vidas.

Daí, portanto, quando vejo um grupo de estudantes dedicando horas, dias, semanas de suas vidas discutindo a universidade, dormindo em um banheiro, dividindo o pouco de comida que têm e, ao mesmo tempo, vejo como estão ensimesmados, isolados, penso que é uma perda de oportunidade para ampliarmos o debate, fazermos alianças teóricas e práticas, como já temos feito outras vezes.

10) Sem afetação não tem solução

De forma geral, o diálogo é interrompido ou resignificado quando se chega a impasses e outras formas de intervenção são legitimamente acionadas: greve de fome, greve e ocupação, vigília, passeatas virtuais, manifestos, etc, etc. O que estamos observando no caso da ocupação do banheiro é a antipolítica.

⁸ Estou trabalhando com o conceito de hegemonia nos marcos do pensamento de Antonio Gramsci (1978).



Pessoas que ocupam um espaço público e dizem: daqui não sairemos. Se fecham. O cadeado que tranca a porta do banheiro quando eles/elas não estão por lá é a imagem-síntese dos procedimentos. Não tem diálogo. Estão “encadeados”. Gosto muito do nome do blog onde foi publicado o manifesto: *Afetadx*s. Acho que no mundo da vida deveríamos estar abertos para sermos afetados no sentido profundo do significado de afetação. Você tem importância para mim. O que você pensa me interessa.

Os encontros só são verdadeiros se saímos pelo menos mexidos, afetados pela presença/ausência do outro, daí pensar que, diante dos desafios da vida, o melhor seria nos colocarmos como permanentes tradutores. Foi isso que tentei dizer neste artigo.

Post escrito

Certamente, cada um que esteve no auditório naquela tarde de agosto tem uma leitura singular dos debates e dos desdobramentos que se seguiram. Destacarei dois pontos que reverberaram em minha subjetividade ruminante pós a mesa-redonda.

As ocupantes negavam a existência de qualquer identidade coletiva. Enquanto eu estava sentada na mesa, escudando os debates fiz um pequeno exercício: tentei identificar quem eram as ocupantes. Não demorei mais que 10 minutos para reconhecê-los/las, embora eu só conhecesse pessoalmente apenas alguns/algumas. Diante dos meus olhos vi um grupo que compartilhava uma estilística corporal e estética que o singularizava dos outros participantes presentes no auditório. O fato de não terem uma estrutura interna de poder centralizada não é o mesmo que negar a existência de uma identidade coletiva em processo de formação. Do corte de cabelo às roupas, a forma de sentar, uma certa apologia da violência, eram visivelmente repetidos. Portanto, estava diante de uma cena com grande densidade sociológica fosse pela repetição das performances ou pela produção de discursos identificáveis como tendo sido gerados no ventre do mesmo grupo. Impossível não lembrar de Émile Durkheim (1998) da condição *sui generis* da vida coletiva e de sua capacidade de coercibilidade sobre as consciências coletivas, mesmo quando os indivíduos se reúnem em torno de discursos pautados na ideologia individualista (Louis Dumont, 1993).

Depois da mesa-redonda iniciou-se rodadas de diálogo com o Diretor do CCHLA e as ocupantes unificaram os termos da negociação em torno do banheiro degenerificado. Esse seria o segundo banheiro sem segregação urinária na UFRN e em todo o sistema educacional brasileiro. Isso não é pouco.



O que queriam as/as estudantes? Ainda me pergunto. Acredito que os rumos da negociação foram canalizados para o banheiro porque era o que se tinha de mais concreto. Estamos acumulando um rico debate interno na UFRN sobre a presença de pessoas trans na universidade.

Quando penso naqueles dias, a imagem que me toma é de um grupo de jovens que quer mudar o mundo, que demanda uma universidade na qual as estruturas de poder escutem suas vozes, sem o filtro da hierarquia e os respeite como interlocutores. Não sei se essa minha quase hipótese, mais uma sensação, está correta. É essa mesma sensação que tenho quando converso nos corredores do setor II com os/as estudantes que repetem o mesmo reclame: nós não contamos como sujeitos, somos números. E números que valem pouco. Para ficarmos apenas com um exemplo, quantos estudantes são necessários para ter o mesmo peso de um voto de professor/professora nas eleições para reitor? De fato, os estudantes estão, em todas as instâncias, sub-representados. Se o debate sobre a democracia interna não for permanente e novas regras de participação forem adotadas, vejo dois possíveis desdobramentos: 1) a grande maioria dos/das estudantes continuarão a se abster dos debates e eleições, pois sabem que suas posições pouco importam, ou 2) a convivência será marcada por permanentes erupções de grupos internos. Uma vez que faltam canais de diálogo e decisão permanentes, parcelas dos estudantes continuarão a escolher outros caminhos para importarem, a exemplo da ocupação da reitoria.

O pulso ainda pulsa (Titãs).

Referências

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Uma reportagem sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ANZALDÚA, G. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo" (trad. Édna de Marco). **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- BLOG AFETADXS. <http://afetadx.blogspot.com/>.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.
- BUTLER, Judith. **Vida Precária**. Paidós: Buenos Aires, 2012.
- BUTLER, Judith. **Parting ways: Jewishness and the critique of Zionism**, Columbia University Press: New York, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila**, Oeiras: Celta Editora, 2002.
- CARTA POTIGUAR. <http://www.cartapotiguar.com.br/>.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Editora Presença:Barcarena, 1998.



- DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ESPEJO, Beatriz. **Manifiesto Puta**. Ediciones Bellaterra: Barcelona, 2010.
- FOUCUALT, Michel. **Microfísica do Poder**. [Organização e tradução de Roberto Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**, Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- SANTOS, Edith Lopes Modesto. **Homossexualidade, preconceito e intolerância: Análise semiótica de depoimentos**, 2010, USP.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet** University of California Press, 1991.
- RESOLUÇÃO Nº 232/2012-CONSEPE, 04 de dezembro de 2012. Nome Social.

